REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO EXTRANGEIRO

Director-proprietario: CAETANO ALBERTO DA SILVA

Preços de assignatura	Anno 36 n.os	Semest. 18 n.os	Trim. 9 n.os	N.º á entrega
Portugal (franco de porte) m. forte...	3$800	1$900	$950	$120
Possessões ultramarinas (idem......	4$000	2$000	-$-	-$-
Extrangeiro e India................	5$000	2$500	-$-	-$-

31.º Anno — XXXI Volume — N.º 1048

10 de Fevereiro de 1908

Redacção — Atelier de gravura — Administração
Lisboa, L. do Poço Novo, entrada pela T. do Convento de Jesus, 4
Composto e impresso na Typ. do Annuario Commercial
Praça dos Restauradores, 27

Todos os pedidos de assignaturas deverão ser acompanhados do seu importe e dirigidos á administração da Empreza do OCCIDENTE, sem o que não serão attendidos.

SUA MAGESTADE EL-REI D. MANOEL II

(Cliche Bobone)

CHRONICA OCCIDENTAL

O Rei D. Carlos de Bragança, assassinado em pleno dia numa das praças da capital do seu reino, e o professor Buiça, seu assassino, procuraram resgatar do desprestigio, num angustioso momento historico, o caracter português.

E' preciso convencermo-nos de que o rei e o regicida se defrontaram assim, sob os designios impenetraveis da Morte, num mesmo intuito de bem proceder. Se só quizermos admittir que o rei não praticou mais que um acto de arrogancia, absolutamente independente da consciencia do perigo; e que o regicida se julgou protegido pelo sopro de revolução que agitava todos os espiritos no instante em que apontou e desfechou a sua carabina, despoja-se o facto do que nelle houve de bello, para só d'elle ficar lastima e desespero.

E' preciso não ver em D. Carlos um despota e em Buiça um anarchista. O rasgo de ambos merece ser olhado de mais alto, e vale bem a pena de algum esforço de compreensão para o medir em toda a pujança e larguêsa.

E' hoje moda explicar por desequilibrios mórbidos tudo quanto o homem pratica, bom ou máu, que não esteja incluido nas nórmas da vulgaridade. Exceptuados, por exemplo, os casos em que á palavra coragem se convenciona conservar o seu verdadeiro significado, a coragem é tambem um d'esses desequilibrios. Tornou-se mais facil a um poltrão ser tido por animoso, que attribuir-se a um valente a inteira consciencia de algum grande acto de heroismo.

D. Carlos, entrando em Lisboa no mesmo dia em que se publicava o decreto de expatriação contra os homens que o seu governo fizera prender e accusar de conspiradores, teria sido impellido pela obcecação do poder absoluto que parecia, nos ultimos tempos, aconselhar todos os seus actos. Buiça, indo esperar o rei no regresso de Villa Viçosa, procurando bem o ponto d'onde mais seguramente podesse fazer-lhe pontaria, e ahi se postando e esperando, por largo tempo, a passagem da carruagem real até desfechar a arma, com uma serenidade inconcebivel para quem nunca soube o que seja sacrificar a vida por uma idéa, teria sido, esse, um monstro estigmatisado por todas as taras da desgraça, da malvadez e da infamia. Assim se pensa; e, o que é peor, assim se diz. Desarrasoado pensar e leviano dizer!

O rei D. Carlos e o professor Buiça foram, méramente, victimas do seu tempo e das paixões da sua patria. Eram ambos dotados de espirito reflectido, ambos providos de sinceridade e coragem. O mesmo momento tragico nos deixou aquilatá-los um em face do outro, e equipará-los.

O facto foi enorme, e é necessario que d'elle nos fique alguma coisa de grande. Fique-nos o exemplo da abnegação, que é maior que tudo.

Convicto de que o destino o fizera rei de um povo bom, D. Carlos de Bragança quiz dar a esse povo a prova irrecusavel da confiança que nelle tinha. Que melhor prova dar-lhe, e como melhor dar essa prova? Expondo a propria vida e, com ella, a sorte dos proprios filhos.

Por seu lado, Buiça, convicto de que o seu gesto violento seria a segura expressão dos odios do povo pela pessoa do rei tido por máu, quiz dar a esse rei a irrecusavel prova de taes odios. Que melhor prova dar-lhe, e como melhor dar essa prova? Expondo a propria vida, como o fazia o rei, e com ella, tambem, a sorte dos proprios filhos.

Nem a mais leve sombra de duvida póde haver sobre o destemor com que esses dois homens avançaram para a morte. O rei mandara que nenhuma força armada se interpozesse, á sua passagem, entre elle e o povo. O regicida, com a sua arma engatilhada, fôra collocar-se a dois passos de dois guardas da policia civil, em quem devia ter presentido, necessariamente, o instincto do assassinio. Quiz a boa fortuna de ambos que nem a um nem a outro restasse alento de vida para poderem lastimar-se do seu engano; e para quem acredite nos designios d'uma Providencia boa e sábia, que tudo regula e harmonisa, só haverá, no facto da instantanea morte que os prostrou, o premio dos seus intuitos.

Só as convenções a que obedece a falsa interpretação que todos nós temos da vida é que pôem hoje distanciados, á distancia que vae d'uma morgue a um panthéon, os cadaveres d'esses dois portuguêses. No animo de quem possa ver nelles exemplo da enormidade que attinge o sacrificio, quando o determina uma intensa convicção, a memoria d'aquella tarde tragica ha-de juntá-los sempre.

ALFREDO MESQUITA.

O atentado contra a Familia Real

A periodicidade desta revista não permetio que ella mais cedo venha dar conta a seus leitores da horrorosa tragedia do dia 1 deste mez, e ainda menos lhe venha dar novidades sobre o lutuoso acontecimento, cuja noticia correu com a rapidez de todas as más novas, logo nas primeiras horas, e foi levada a todo o país e ao estrangeiro pela velocidade do telegrafo.

Assim, nestas columnas só temos, primeiro do que tudo, lavrar nosso protesto contra o monstruoso atentado, e muito sucintamente referir o caso.

El-Rei D. Carlos regressava com a Rainha e o Principe Real de Villa Viçosa, chegando á estação do caminho de ferro do sul, situada ao lado ocidental da praça do Comercio, pouco antes das cinco horas da tarde.

O ministerio com o seu presidente sr. Conselheiro João Franco esperava a Familia Real, assim como a tinha ido esperar os srs. infantes D. Manuel e D. Affonso.

Pouca gente estava pela praça do Comercio e apenas uns tres ou quatro policias fasiam o seu giro pelo lado ocidental da praça. Em compensação viam-se bastantes pessoas pelas janellas dos ministerios da guerra, da fazenda, do reino e da justiça, o que não era vulgar acontecer quando suas magestades partiam ou chegavam d'estas amiudadas viagens.

Não havia nenhum aparato de força publica, mas nem por isso os espiritos pareciam menos apreensivos receando qualquer acontecimento.

Entretanto El-Rei falava com o presidente do conselho e depois de curta demora, encaminhou-se para as carruagens que esperavam a familia real e tomou logar em uma dellas com a rainha, principe real e infante D. Manuel. Os camaristas e ajudantes seguiram nas carruagens da frente e assim se poseram a caminho pelo lado ocidental da praça do Comercio com destino ao paço das Necessidades.

Quando a carruagem real ia a dar a volta para a passagem que da praça do Comercio vae á praça do Municipio, sahiu ali, d'entre o raro povo que estacionava nos passeios do lado da praça e rua Aurea, um homem de estatura regular, de barba toda preta, tirando de uma carabina que trazia escondida debaixo do casaco comprido que vestia, a apontou á carruagem real desfechando inopinadamente o primeiro tiro e acto continuo outro e não se sabe mais quantos, atingindo El-Rei D. Carlos que logo tombou sobre a Rainha, que ia a seu lado.

Ao mesmo tempo um outro homem ainda novo se acercou da carruagem e desfechou tres tiros de revolver sobre o Principe Real, que tombou mortalmente ferido, disparando se ainda mais tiros um dos quaes feriu de raspão o sr. Infante D. Manuel no ante braço esquerdo, mas sem gravidade.

Isto se passou mais rapido do que o tempo que leva a escrever, sendo impossivel descrever a confusão que logo se estabeleceu. Emquanto a Rainha se ergue na carruagem e procura amparar e cobrir com o seu corpo os feridos tentando, com um ramo de flores que levava na mão, defendel-os dos regicidas que se acercavam, o povo e os policias acudiram e com elles o expedicionario n.º 288 de infantaria 12, Henrique Alves da Silva Valente, que ali se encontrava, o qual agarrou pelo pescoço o homem das barbas e o fez escabuchar, arrancando-lhe das mãos a carabina, não sem ficar ferido numa perna pela mesma carabina que se disparou. Ao mesmo tempo os policias desfechavam os revolvers sobre os autores do atentado e o sr. tenente Francisco Figueira descarregava algumas espadeiradas sobre o regicida, disparando se ainda mais uma vez, no meio da luta, a carabina, que ferio este oficial tambem numa perna.

No meio daquella confusão ninguem conservou o sangue frio, nem a policia, como lhe cumpria, desfechando os revolvers como ficou dito, sobre os regicidas até os estender mortos, em vez de os desarmar e prender com vida, afim de melhor se poder descobrir o fio do horrivel trama.

Passados os primeiros momentos da abrupta tragedia, seguio a carruagem real para o Arsenal da Marinha afim de se prestarem os socorros aos feridos, mas já de nada estes valiam porque o Principe Real estava morto e El-Rei D. Carlos apenas perguntou:

— E a rainha? e expirou.

As mães e as esposas extremosas que calculem a dôr que naquelle transe sofreu o coração da Rainha. Mais ainda quando ali se juntou a Senhora D. Maria Pia, que veio do paço da Ajuda em automovel.

Não se descreve, embora ninguem deixe de calcular a imensa aflição das duas senhoras ante os cadaveres queridos de seu esposo, de seus filhos e neto, assim inopinadamente arrancados á vida.

A noticia do atentado correu rapida por toda a cidade e não tardou que á praça do Municipio chegasse um esquadrão de cavalaria da guarda municipal assim como outras forças de infantaria deste corpo que se postaram pelas imediações do Arsenal.

Pelas oito horas da noite sahiram do Arsenal, em carruagem, as duas Rainhas e o sr. infante D. Manuel, que fôra pensado do ligeiro ferimento que recebera, e pouco depois tres coches conduzindo o primeiro: o cadaver de El-Rei, o segundo o do Principe Real e o terceiro com sacerdotes, dirigindo-se para o paço das Necessidades, onde os corpos ficaram depositados em uma camara do palacio, cada um em seu leito, cobertos com a bandeira portuguêsa.

Nesta camara se conservaram e se procedeu ao embalsemamento dos cadaveres, sendo ali resadas diariamente missas a que assistiram suas magestades, camaristas e mais pessoas do paço.

Só na quinta feira, 6, á meia noite, é que os regios cadaveres foram trasladados para a capéla do paço, armada em camara ardente, donde saeem hoje, 8, data a que escrevemos, para a egreja de S. Vicente de Fóra.

Da tragica cena que se passou na Praça do Comercio, não podemos apresentar nenhum desenho a nossos leitores pela razão, facilmente comprensivel, do imprevisto do caso e não estar ali na ocasião nenhum fotografo ou desenhador. Apenas se poderia fazer alguma composição imaginada pelo artista, sem comtudo se poder reputar documento autentico em harmonia com a importancia do acontecimento.

EL-REI D. MANUEL II

A abrupta tragedia do dia 1 de fevereiro que atirou para o tumulo El-Rei D. Carlos I e o Principe Real D. Luis Filipe seu herdeiro presuntivo, veio, conforme a constituição do reino, pôr na cabeça do Infante D. Manuel a corôa de Portugal.

Rei morto, rei posto. Esta solução de continuidade que se impõe ás monarquias, nem sempre sucede em condições normaes, e agora estamos em presença de um facto destes anormal.

A subita subida ao trono de um infante de 18 annos, no momento em que seu coração é ferido pela dupla dôr da morte tragica de seu pae e de seu irmão, cria naturalmente em volta do joven principe uma corrente de respeito e de simpatia, pelo duro cumprimento do dever a que não se escusou.

El-Rei D. Manuel II começa o seu reinado em condições bem anormaes para si e para o país.

O sopro da tempestade que assaltou os espiritos, vae ainda mal acalmado e parece ainda não bem medido seu alcance.

Quanta prudencia e táto precisa o joven rei para dominar a porcéla!

De bondade deve ser seu coração. A bondade é uma grande força para vencer e conjurar os males.

El-Rei D. Manuel II declara muito sincera e singelamente ao Conselho de Estado que a sua idade e o seu saber ainda não chegam para resolver sobre os negocios da governação, e assim deposita toda a confiança nos velhos conselheiros da corôa e se louva no que elles resolverem.

Assim começa constitucionalmente o novo rei seu reinado, e que os conselheiros, onde não faltará amor e dedicação pela felicidade da patria, o encaminhem bem, só guiados pela observancia das leis, equidade e prudencia.

Sua Magestade El-Rei D. Manuel II, nasceu a 15 de novembro de 1889, filho segundo de Suas Magestade El-Rei D. Carlos e Rainha D. Amelia. Dizem seus professores que tem sido estudante inteligente, dotado de caracter lhano e franco.

Em 1905 sentou praça de guarda marinha a cuja carreira dedicava seus estudos, bem longe das responsabilidades que o esperavam de vir um dia a reinar, como aconteceu a seu avô D. Luis I.

Começa, portanto, agora a sua vida publica, e que lhe corra feliz devem ser nossos votos, porque feliz tambem será o povo a cujos destinos preside.

EL-REI D. CARLOS I

O rei D. Carlos que o mau destino atirou para o tumulo ainda na força da vida, victima de um atentado como de outro não resa a historia deste povo bom e pacifico, nasceu a 28 de setembro de 1863, filho de el-rei D. Luis I e da rainha sr.ª D. Maria Pia de Saboya, neto paterno de D. Fernando de Saxe Coburgo Gotha e da rainha D. Maria II, e materno do rei Victor Manoel de Italia.

Foi jurado principe herdeiro aos 14 annos de idade, em 1878. Ainda principe real casou em Lisboa a 22 de maio de 1886, com a princesa sr.ª D. Maria Amelia de Orleans, filha dos Condes de Paris e neta de Luis Filipe rei de França.

Antes deste casamento, o principe fez uma viagem por varios paises da Europa acompanhado pelo notavel homem de ciencia Antonio Augusto de Aguiar como seu perceptor.

Durante as viagens que El-Rei D. Luis fez ao estrangeiro em 1882, 1886 e 1888, assumio a regencia, e por morte deste monarca, subio ao trono em 19 de Outubro de 1889, sendo solemnemente aclamado a 28 de dezembro do mesmo anno.

De seu casamento houve dois filhos, D. Luis Filipe o primogenito e o infante D. Manoel, hoje rei D. Manoel II.

O principio do seu reinado não foi feliz, pois se deu o celebre *ultimatum* da Inglaterra de 11 de janeiro de 1890 ácêrca de limites territoriaes em Africa, seguido de uma grave crise financeira e de grande agitação no pais que produsio a revolta militar de 31 de janeiro de 1891, na cidade do Porto. A agitação do pais prolongou-se ainda até 1892 com sucessivas mudanças de ministerio, prolongando se tambem a crise economica que muito tem custado a vencer.

No meio deste periodo anormal vieram as vitorias de Africa contra o Gungunhana e namarraes por 1896 e 1897, dar alguma aura ao seu reinado, o que mais se afirmou na ultima campanha contra os cuamatas, que vingou gloriosa mente a traição e desastre de 1904.

D. Carlos I procurou estreitar as relações de Portugal com as potencias estrangeiras e para isso visitou a França, a Allemanha e a Inglaterra, visitas que foram retribuidas pelos chefes daquelles estados, que nos ultimos annos visitaram Lisboa. Reatou as boas relações com a Inglaterra que desde 1890 haviam esfriado e com esta potencia realisou o tratado de arbitragem para deremir questões que possam levantar-se.

Grande amador de arte cultivando-a como verdadeiro artista, não só concorria ás exposições, onde era justamente premiado, como tinha em consideração o trabalho nacional para premiar o qual instituiu, em 1893, a ordem do *Merito Agricola e Industrial*. O exercito mereceu lhe tambem suas melhores atenções promovendo-lhe o aperfeçoamento da sua instrucção teorica e pratica, e criando medalhas para o premiar.

Tinha paixão pelos exercicios fisicos, cultivando todos os jogos de *sport* e nelles incluia o exercicio das armas, sendo um eximio atirador.

Mais amante da vida livre dos campos e do mar, do que da palaciana, preferia aproveitar os ocios do oficio de reinar, indo para as suas propriedades do Alemtejo, parã Mafra ou outros pontos do paiz onde podesse caçar e gosar a liberdade do homem desprendido das etiquetas e preceitos da côrte.

Outras vezes ia para o mar no seu hiate de recreio, proceder aos seus estudos oceanograficos de que deixou as seguintes obras:

Yact «Amelia» — Campanha oceanografica de 1896, Lisboa, 1897. Resultados das investigações scientificas feitas a bordo do yact «Amelia» e sob a direcção de D. Carlos de Bragança — Pescas maritimas — I — A pesca do atum no Algarve em 1898 (avec un resumé en français) — Lisboa, 1899. Buletin des Campagnes Scientifiques accomplies sur le yact «Amelia» par D. Carlos de Bragança — Vol. I — Rapport preliminaire sur les Campagnes de 1896 a 1900 — Fascicule I — Introduction — Campagne de 1896 — Lisbonne, 1902. Resultado das investigações scientificas feitas a bordo do yact «Amelia» e sob a direcção de D. Carlos de Bragança — Ichtyologia — II — Esqualos obtidos nas costas de Portugal durante as campanhas de 1896 a 1903. (Texto em portuguez e francez) Lisboa, 1904.

S. A. O Principe D. Luis Filipe ao colo de Sua Augusta Mãe a Rainha D. Amelia

(Cliché Bobone tirado em ulho de 1887)

Era um rei illustrado e moderno, mas mais tratavel no intimo do que na aparencia, nem sempre se mostrando satisfeito nos actos oficiaes que parece o aborreciam.

O viajar era mais de seu gosto e agora estava determinada a sua viagem ao Brasil para onde devia partir em junho deste anno, sendo ali esperado com grande jubilo e alvoroço pela colonia portuguêsa e pelo governo brasileiro que lhes preparavam uma recepção brilhante.

O PRINCEPE REAL D. LUIS FILIPE

A segunda victima do atentado, o Principe da Beira D. Luis Filipe, nasceu no Paço das Necessidades a 21 de março de 1887 e foi solemnemente batisado na egreja de S. Domingos a 27 de abril desse anno.

Filho do Principe D. Carlos e da Princesa D. Maria Amelia de Orleans, depois reis em 1889, neto paterno de El-Rei D. Luis e da Rainha D. Maria Pia de Saboya, e materno dos Condes de Paris.

Correram-lhe suaves os primeiros annos da sua infancia, mas com seus augustos paes principiou a sofrer as consequencias da situação anormal da patria, que desde janeiro de 1890 se prolongou pelos annos fóra numa grande crise politica, financeira e economica.

Entretanto foi fazendo sua educação e instruindo-se, portas a dentro do Paço, como é velho costume de nossos reis, escolhendo para sentar praça o regimento de lanceiros, em que tinha o posto de capitão.

Em 1905 por occasião da viagem de El-Rei D. Carlos a Paris a pagar a visita do presidente Loubet, assumiu a regencia do reino por pouco mais de um mez, tendo sido já jurado em côrtes como Principe Real presuntivo herdeiro da corôa.

O facto que mais se destaca na sua curta vida, foi a viagem ás colonias portuguêsas, realisada de junho a setembro do anno passado. Nessa viagem percorreu as provincias ultramarinas de S. Thomé e Principe, Angola, Moçambique e Beira, na Africa Oriental, voltando por Cabo Verde, sendo em toda a parte condignamente recebido com festejos oficiaes e particulares, especialmente em S. Thomé, onde a colonia tomou a iniciativa das festas que foram principescas.

Os conhecimentos das colonias que nesta viagem adquiriu, infelizmente não lhe aproveitaram.

Visitou tambem varias terras do reino acompanhado por Mousinho de Albuquerque que foi seu preceptor e que tragico fim poz á vida em 1903.

E' quanto se póde notar na sua curta vida de principe, desde os braços da carinhosa mãe que ternamente nelle se revia, e com quanto amor lhe seguia os passos, até a lugubre tragedia que lhe poz termo á vida na flôr dos annos.

O NOVO MINISTERIO

Após a proclamação de El-Rei D. Manuel II, reunio o Conselho de Estado presidido pelo novo monarca e com a assistencia das Rainhas Senhoras D. Amelia e D. Maria Pia. Ao conselho compareceram os srs. Julio de Vilhena, José Luciano de Castro, Pimentel Pinto, Antonio Candido, Veiga Beirão, Moraes de Carvalho, Antonio de Azevedo, Marquês de Soveral, João Franco e Mello e Sousa, fazendo este ultimo de secretario. Deixou de comparecer o sr. dr. Sá Brandão por estar doente.

O sr. conselheiro José Luciano de Castro, que primeiro falou, propoz um voto de profundo sentimento pela monstruosa tragedia de 1 de fevereiro, e outro de veemente indignação pelo crime que resultou. Disse mais nutrir a esperança e desejar que o novo reinado seja de felicidade e paz, aconselhando muita prudencia e moderação, e a necessidade de se formar um ministerio de concentração, com homens de todos os partidos monarquicos, para acalmar os espiritos e restabelecer a confiança publica.

Todo o conselho se pronunciou de acôrdo e se poz incondicionalmente á disposição de El-Rei.

Declarou então o joven rei muito sincera e singelamente, não ter experiencia nem saber dos negocios publicos, pelo que se entregava á discreção do Conselho.

Sua Magestade El-Rei D. Carlos I

(Cliché Arnaldo da Fonseca)

Sua Alteza o Principe Real D. Luis Filipe

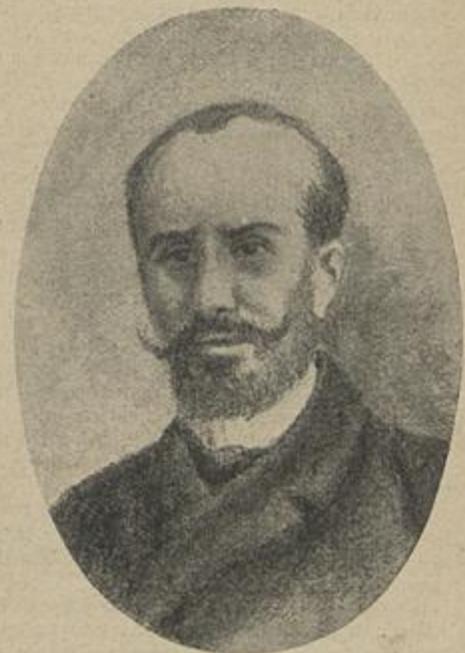
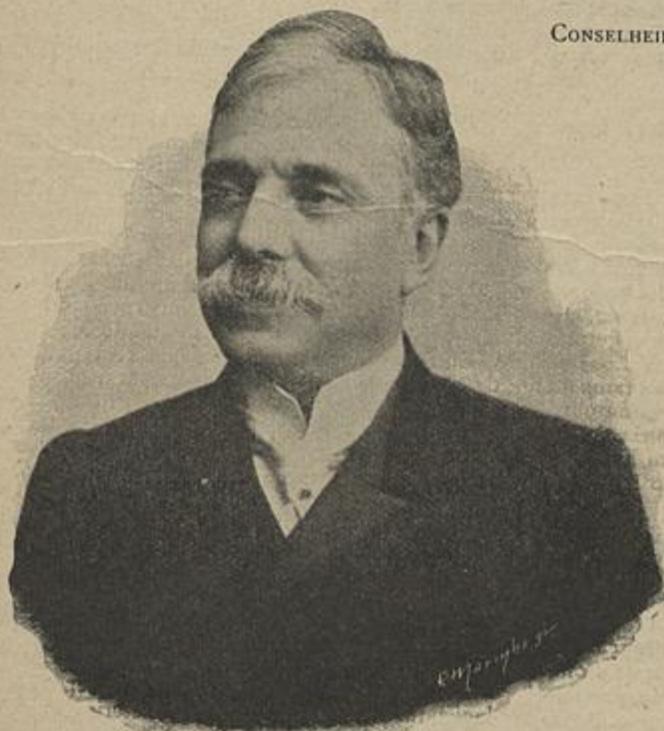
(Cliché Bobone)

O Novo Ministerio

Conselheiro Contra-Almirante Ferreira do Amaral
PRESIDENTE DO CONSELHO E MINISTRO DO REINO

Conselheiro Manuel Affonso Espregueira
MINISTRO DA FAZENDA

Conselheiro General Sousa Telles
MINISTRO DA GUERRA

Conselheiro Vice-Almirante Augusto de Castilho
MINISTRO DA MARINHA E ULTRAMAR

Conselheiro Calvet de Magalhães
MINISTRO DAS OBRAS PUBLICAS

Conselheiro Campos Henriques
MINISTRO DA JUSTIÇA

Conselheiro Wenceslau de Lima
MINISTRO DOS ESTRANGEIROS

Conferenciou depois El-Rei com os srs. conselheiros Luciano de Castro, Julio de Vilhena e João Franco, acordando em demitir-se o governo e formar-se um ministerio de acalmação, como já fôra indicado. Não aceitando, porém, os chefes dos partidos regenerador e progressista o encargo de formar o novo ministerio, mandou El-Rei convidar o sr. conselheiro Ferreira do Amaral, para tomar esse encargo, o que s. ex.ª aceitou, apresentando-se ás 10 horas da noite no paço das Necessidades para conferenciar com Sua Magestade e mais homens politicos que ali estavam, tendo tambem uma conferencia com a Rainha Senhora D. Amelia.

Depois de varias diligencias em que o sr. conselheiro Ferreira do Amaral andou o resto da noite e o dia seguinte, conseguiu organisar o novo ministerio que ficou composto dos srs. conselheiros Ferreira do Amaral, presidencia e reino; Campos Henriques, justiça; Espregueira, fazenda; Sebastião Telles, guerra; Augusto Castilho, marinha; Wenscelau de Lima, estrangeiros; Calvet de Magalhães, obras publicas.

Conselheiro vice-almirante Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, Presidente do Conselho e Ministro do Reino.

Nasceu em Lisboa a 11 de junho de 1844, filho do ilustre e infeliz oficial de marinha João Maria Ferreira do Amaral, traiçoeiramente assassinado pelos chins, em Macau, quando era governador.

Sentou praça de marinha aos 12 annos e seguindo rapidamente seus estudos, em 1862 era promovido a guarda marinha, entrando logo em serviço de viagens e seguindo postos. No espaço de 12 annos fez 19 viagens. Comandou o hiate *Penha Firme*, o couraçado *Vasco da Gama*, a corveta *Mindêlo*, fragata *D. Fernando*, onde foi instructor de artilharia, e corveta *Duque de Palmella*.

O sr. Ferreira do Amaral fez a arriscada viagem, comandando o pequeno vapor *Tete*, de Inglaterra para a Africa Oriental, viagem que o consagrou verdadeiro lobo do mar.

Tomou parte em três combates navaes, no Inhamalungo e no Zaire em que deu provas de valor e coragem.

Governador de Mossamedes e S. Thomé por 1878 e 1879, foi mais tarde, em 1882, governador geral de Angola, provando em todos esses governos a sua grande competencia e vastos conhecimentos de administração colonial, além de grandes dotes de diplomata, como provou na questão do Congo. Governou tambem a India, em 1886, onde lhe morreu sua esposa o que o fez regressar ao reino para melhor cuidar da educação de seus filhos, ainda creanças e privados dos carinhos maternaes.

O sr. conselheiro Ferreira do Amaral tem sido deputado em varias legislaturas e foi pela primeira vez ministro na pasta da marinha, em 1892, no ministerio Dias Ferreira. Realisou importantes reformas nos serviços do seu ministerio melhorando praticamente o expediente e boa administração. Reformou tambem as pautas das alfandegas ultramarinas no sentido de proteger a industria portuguêsa, conseguindo estraordinario aumento da nossa exportação para a Africa. No sentido de tornar bem conhecidos na metropole os produtos de Africa, mudou o museu colonial, que existia no ministerio da marinha, quasi ignorado do publico, para a Sociedade de Geografia, onde se tem tornado popular.

Presidente da Sociedade de Geografia tem dado aos seus trabalhos orientação cientifica e ao mesmo tempo pratica, tornando-a digna da consideração que disfruta no pais e no estrangeiro. Foi a alma do centenario da India promovido por esta sociedade.

O sr. conselheiro Ferreira do Amaral é vice-almirante, vogal do Instituto de Soccorros a Naufragos, da Junta Geral das Missões Ultramarinas e do Instituto Ultramarino. E' par do reino desde 1898 e foi nesse anno, comandando o *Adamastor*, ao Brazil reatar as relações interrompidas por ocasião da revolta da marinha brasileira.

Atualmente era inspêtor do Arsenal da Marinha.

Publicou o anno passado um livro muito importante sobre a defeza nacional, mais uma prova valiosa do seu estudo e da sua inteligencia.

Conselheiro Arthur Alberto de Campos Henriques, Ministro da Justiça.

Nasceu na cidade do Porto a 28 de abril de 1853. Bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, em 1875. Seguindo a carreira da magistratura, foi delegado na Povoa de Varzim, Marco de Canavezes, Guimarães e Braga. Promovido a juiz do tribunal administrativo do Porto, passou depois á segunda classe para vila do Conde e atualmente é juiz da 3.ª vara civel de Lisboa.

Filiado no partido regenerador foi eleito deputado, em 1890, pelo circulo de Vizeu, tomando parte ativa nos trabalhos parlamentares, foi sempre eleito em sucessivas legislaturas, por varios circulos, até ser par do reino. Em 1891 foi governador civil interino do Porto.

Foi pela primeira vez ministro em 1894 a convite de Hintze Ribeiro, que lhe encarregou a pasta das obras publicas, em substituição de Carlos Lobo d'Avila, que falecera. Em 1900 voltou ao governo com Hintze Ribeiro sendo lhe distribuida a pasta da justiça.

Neste ministerio fez a reforma do notariado e a lei das incompatibilidades. Pela terceira vez foi ministro da justiça em 1906 no ministerio dos 58 dias presidido por Hintze Ribeiro.

Conselheiro Manuel Affonso Espregueira, Ministro da Fazenda.

Nasceu em Viana do Castélo a 5 de junho de 1835. Seguiu a carreira militar para o que sentou praça em 6 de outubro de 1850. Fez brilhantemente o seu curso, assim como o de matematica na Universidade de Coimbra, em que se bacharelou. Fez o curso do Estado Maior na Escola do Exercito e completou o seu curso de engenharia na Escola de Pontes e Calçadas de Paris. Como engenheiro dirigiu as obras da barra de Viana do Castélo. Fez os projétos do porto artificial de Leixões e das obras da barra do Porto; dirigiu as obras do Mondego e da barra da Figueira. Pelo bom desempenho destes trabalhos, o governo nomeou-o diretor da primeira divisão hidraulica do reino. Foi ainda encarregado pelo governo de inspecionar as obras do porto de Ponta Delgada e de apresentar o projeto da sua conclusão.

Em circunstancias bastante criticas para a Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portuguêses, foi o sr. conselheiro Espregueira instado pela administração de Paris para aceitar o cargo de engenheiro diretor destes caminhos de ferro, o que aceitou, com o que muito lucrou a companhia, pois fez prosperar esta linha.

O sr. conselheiro Espregueira está de ha muito filiado no partido progressista, tendo sido eleito em varias legislaturas pelos circulos de Viana do Castélo e Arcos de Val-de Vez. Desde 1905 que é par do reino. Presidente da camara dos deputados, em 1890, 1898 tendo sido vice-presidente em 1888.

Em 1897 publicou um livro *As despesas publicas e a administração financeira do Estado*, pronunciando-se contra o sistema de recorrer ao credito para saldar *deficits*, em vez de crear receitas e realisar economias.

Este seu trabalho, em que revelou seus estudos financeiros, fez com que, em agosto de 1898, fosse convidado pelo sr. conselheiro José Luciano de Castro para ministro da fazenda, que geriu até 1900.

Em 1904, voltando novamente ao poder o sr. conselheiro Luciano de Castro, tambem o sr. conselheiro Espregueira fez parte do ministerio como ministro da fazenda.

Conselheiro Wenceslau de Sousa Pereira Lima, Ministro dos Estrangeiros.

Nasceu na cidade do Porto em 1855. Fez o curso de filosofia na Universidade de Coimbra e apresentou para o acto de licenciado uma dissertação sobre carvões naturaes. Lente da Academia Politecninado Porto, aos 24 annos de idade foi brilhante a sua dissertação sobre *Função clorofilina*, entregando-se a estudos de paleontologia vegetal e publicando *Noticia sobre as camadas da serie permo carbonica do Bussaco*. Publicou tambem duas memorias *Dicranofilum* e sobre uma nova especie de *Euripterus*. Outra memoria sobre *Oswald Heer e a flora portuguêsa*, em homenagem ao grande sabio cognominado o Lineu da botanica fossil.

Entrando na politica seguiu o partido regenerador. Eleito deputado em diferentes legislaturas, ascendeu ao pariato. Tem se dedicado aos assuntos da instrução publica e promoveu a reforma da Academia Politecnica do Porto. Foi relator da reforma do conselho superior de instrucção publica realisada por Barjona de Freitas. Como magistrado desempenhou as funções de governador civil de Villa Real, Coimbra e Porto. Presidente da camara municipal desta ultima cidade e diretor da Escola Medico Cirurgica tambem. Presidente da comissão antifiloxerica do norte e commissionado pelo governo para o estudo da flora fossil de Portugal.

Foi ministro dos estrangeiros nas duas ultimas situações regeneradoras, no que revelou os seus altos dotes de diplomata.

Conselheiro Augusto Vital de Castilho Barreto e Noronha, Ministro da Marinha.

Nasceu em Lisboa a 10 de outubro de 1841, filho do grande poeta Antonio Feliciano de Castilho de gloriosa memoria. Tendo feito os seus estudos e escolhendo a carreira de marinha sentou praça de aspirante em 1859, fazendo sua primeira viagem de estação em Góa, em 1861. Desde esta data se pódem contar os seus constantes serviços ao pais, como um dos mais distintos oficiaes da nossa armada, quer nas sucessivas viagens e comandos, quer nos governos do ultramar.

Da sua larga folha de serviços basta destacar, o que praticou no governo de Moçambique em 1877, quando o sultão de Zanzibar se negou a receber o representante de Portugal para tratar uma questão de limites territoriaes com a provincia portuguêsa. O sr. Augusto Castilho foi ocupar as povoações zanziberianas ao norte da bahia de Tungue e repelio as forças do sultão tomando as bandeiras e artilharia.

Outro facto de recente data foi o que praticou no Rio de Janeiro por ocasião da revolta da marinha brasileira.

O sr. conselheiro Castilho fôra enviado pelo governo ao Rio de Janeiro para garantir os interesses da colonia portuguêsa, quando os vencidos da revolta vieram acolher-se á proteção da bandeira portuguêsa pedindo ao valoroso comandante os recebesse a bordo do seu navio. Eram uns seiscentos e o navio mal os podia acomodar e levar a porto seguro, tanto mais atravez dos murrões acessos da artilharia brasileira. Mas o digno comandante não hesitou e, cumprindo um dever de humanidade, recebeu a bordo os vencidos e largando com o seu navio por entre os couraçados e as fortalezas do porto, foi desembarcal-os em Buenos Ayres.

Esta ação humanitaria e ao mesmo tempo heroica, provocou reclamações do governo do Brasil ao governo de Portugal e deu logar a um processo muito falado, mas de que afinal o valente oficial sahiu honrosamente, como não podia deixar de ser, e que mais concorreu para engrandecer seu nome e aumentar o justo conceito de oficial brioso e cumpridor dos seus deveres. A sua absolvição por unanimidade foi festejada por seus camaradas.

O sr. conselheiro Augusto de Castilho é tambem um excelente escritôr contando varios trabalhos impressos de que citaremos: *O Zambeze*, *O distrito de Lourenço Marques no presente e no futuro*, *Transvaal e o dominio inglez*, etc. Varios escritos seus estão espalhados em jornaes e revistas, e o OCCIDENTE conta-o no numero dos seus colaboradores com bem elaborados artigos sobre as possessões ultramarinas.

O sr. conselheiro Augusto Castilho tem sido por varias vezes deputado e é agora pela primeira vez ministro.

Conselheiro General Sebastião Custodio de Sousa Telles, Ministro da Guerra.

Tem 60 annos e é pela terceira vez chamado aos conselhos da corôa como ministro da guerra.

E' general de brigada, tendo feito sua carreira na arma do estado maior. Escritôr militar dos mais eruditos, tem estudado e desenvolvido importantes problemas da defeza nacional para conservação e garantia da independencia de Portugal. Tem colaborado largamente na nossa legislação militar, assim como na instrução do exercito que lhe merece todos os cuidados.

Entre as obras militares que tem publicado destacaremos como mais importantes: *Organisação do Estado Maior do Exercito*, *Fortificações do Estado e a defeza de Portugal*, *Introdução ao estudo dos conhecimentos militares*. A esta ultima obra conferiu a Academia Real das Ciencias o premio D. Luis.

Foi deputado militando no partido progressista e actualmente é par do reino e ajudante de campo honorario de El-Rei.

Conselheiro José de Sousa Calvet de Magalhães, Ministro das Obras Publicas.

E' pela primeira vez ministro e foi deputado na legislatura de 1892 com o ministerio Dias Ferreira.

O sr conselheiro Calvet de Magalhães é um antigo funcionario da alfandega onde principiou sua

carreira aos 18 annos de idade, tendo subido toda a escala burocratica até aos logares superiores, sempre por concursos em que deu distintas provas. Tanto basta para dar ideia da sua capacidade.

Chefe de repartição da administração geral das alfandegas, logar que tem desempenhado com muito zelo e táto administrativo, tem por vezes sido chamado a exercer interinamente o alto cargo de administrador geral, que é o mais elevado da escala, e em que da mesma forma tem provado sua grande competencia.

O sr. Conselheiro João Franco
Na sua ultima sahida do Paço das Necessidades

(Instantaneo do sr. Alberto Lima)

CHAUCER

O conto do fidalgo da aldeia

(Continuado do n.º 1047)

Seu irmão chora e lamenta-se em segredo, até que por fim lembrou-se que, quando esteve em Orléans, em França, onde a gente nova dos estudos vae aprender as artes curiosas, procurando aprender sciencias particulares em qualquer buraco ou canto, lembrou-se que durante os seus estudos em Orléans, viu um livro de magia natural que um seu companheiro, então bacharel em leis, posto que estava alli para aprender uma outra arte, tinha deixado escondido sobre a sua mesa. Este livro fallava muito de operações correspondentes ás vinte e oito mansões que pertencem á lua e outras futilidades que em nossos dias não valem uma mosca, porque a nossa fé na santa madre egreja não soffre que alguma illusão nos afflija. E logo que se lembrou d'este livro o seu coração começou a dançar d'alegria e disse em segredo para si mesmo:

«Meu irmão depressa se curará d'aquella doença, porque estou certo que ha sciencias pelas quaes os homens apresentam differentes apparencias, como fazem os prestidigitadores, pois muitas vezes pelas festas tenho eu ouvido dizer que esses taes teem feito entrar agua e um barco n'uma salla, e que têem remado para cá e para lá. Algumas vezes fazem apparecer um leão furioso, e outras vezes um castello todo feito de pedra e cal. E, quando querem, fazem desapparecer tudo immediatamente; assim parece á vista de cada um. E então concluo: Se eu pudesse encontrar em Orléans algum velho companheiro, que se lembre d'estas mansões da lua, ou d'outra magia natural e superior, ainda eu faria que meu irmão recuperasse o seu amor; porque um sabio poderia fazer na apparencia, á vista dos homens, que todas aquellas rochas negras da Bretanha desapparecessem uma por uma, e que os navios pudessem approximar se da costa e que esta apparencia durasse um dia ou dois, e então meu irmão ficaria curado d'aquella magua, depois ella cumpriria a sua palavra, ou do contrario, ao menos envergonhal-a-ia. Porque hei-de fazer d'isto uma longa historia? Elle vae ao quarto de seu irmão, anima-o a ir a Orléans, diz lhe que se levante, que se ponha a caminho, com a esperança de allivio.

Quando iam perto da cidade, ou já só faltavam algumas jardas, encontraram um sabio que passeava só e que os cumprimentou explendidamente em latim. Depois disse: eu sei a causa da vossa vinda e antes que dessem um passo mais, elle contou-lhe tudo o que elles tinham em vista.

Este sabio bretão perguntou a Aurelio que companheiros tinha tido outr'ora e este respondeu-lhe que tinham morrido, pelos quaes elle tinha derramado muitas lagrimas.

Aurelio apeia se do cavallo, e vae com o magico para casa, o qual os pôz á vontade. Não lhe faltavam comidas que lhes agradassem. Uma casa tão bem disposta como aquella nunca Aurelio tinha visto em sua vida. Antes de irem cear o magico mostrou-lhes florestas, parques cheios de caça brava, viram cavalleiros em gestas e torneios, e com os falcões matavam um herão, e apresentou-lhe taes agrados, que lhe mostrou a sua dama n'uma dança, em que elle mesmo dançava, segundo lhe parecia e quando o mestre que fazia esta magica viu que era tempo, bateu as mãos e adeus, lá se foi tudo embora.

Nunca se afastaram d'esta casa, emquanto viam esta maravilha, mas assentaram se no seu gabinete onde estavam os seus livros, elles, os tres e mais ninguem.

O mestre chamou o escudeiro e disse-lhe: Podemos ir cear? Ha quasi uma hora que te mandei fazer a ceia, quando entrei com estes senhores no meu gabinete; senhor, disse o escudeiro, quando quizer, está prompta, mesmo que seja agora

«Então vamos cear, disse elle; esta gente amorosa algumas vezes precisa descanço. Depois da ceia entram a tratar qual havia de ser a recompensa, se elle conseguisse remover todas as rochas da Bretanha e tambem desde o Garona até á foz do Sena. Elle ficou espantado, e disse que, assim Deus o salvasse, não quereria menos de mil libras e nem mesmo por essa somma gostaria de lá ir. Aurelio respondeu com alegria no coração. «Irra com as mil libras! todo este largo mundo que dizem ser redondo, eu daria se fosse senhor d'elle.»

Este negocio está concluido, pois estamos de accordo, e pela verdade da minha palavra, será pago, mas olhe, nem por negligencia, nem por preguiça nos demore aqui depois de amanhã. «Não, disse o magico, empenho n'isto a minha palavra d'honra.» E Aurelio vae deitar-se, dorme quasi toda a noite já pela fadiga, já com a esperança de felicidade e assim teve algum allivio em seu coração entristecido.

De manhã quando já era dia, tomaram o caminho mais proximo para a Bretanha, Aurelio e o magico ao pé d'elle e apearam-se no logar onde desejavam ficar. Era no tempo mais frio de dezembro, como os livros dizem, Phebo envelhecia e tinha côr de latão, e na sua mais baixa declinação tinha côr d'ouro polido, com riscas brilhantes.

Mas elle agora descia para Capricornio, quando era mais polido, se assim posso dizer. As fortes geadas, a saraiva e a chuva tinham tirado toda a verdura aos campos; Jano com a sua dupla barba assenta-se á lareira e bebe vinho por chifre, tem deante de si um pedaço de lombo assado e exclama: «Natal!» a todos os homens saudaveis. Aurelio, em tudo o que póde, presta todo o agasalho e respeito ao seu mestre, e pede lhe que faça a diligencia, para o tirar d'aquelle tormento, senão era como se lhe cortasse o coração com uma espada.

O sabio teve pezar do homem, e dia e noite se apressa quanto póde, para esperar a conclusão da sua obra, isto é, para fazer uma illusão, pela apparencia d'um jogo (eu não sei as palavras da astrologia) de maneira que elle e qualquer outro pensasse e dissesse que as rochas da Bretanha tinham desapparecido ou aliás que ellas se tinham afundado no solo. Por fim achou uma occasião de pôr em pratica as suas manhas, e a sua supersticiosa maldade.

Tirou as suas taboas Toletanos, muito bem corrigidas, de maneira que n'ellas nada faltava, nem calculos nem figuras geometricas com proporções e equações pelas quaes calculou subtilmente tudo isto.

Quando achou a sua primeira mansão, o resto appareceu pelo calculo. Conhecia muito bem o nascer da lua em todas as suas particularidades e segundo as suas operações conhecia tambem cada paragem da lua, conhecia todas as suas observações por aquellas artes que os pagãos usavam n'aquelles dias.

Ao cabo d'uma semana ou duas parecia que as rochas já tinham desapparecido. Aurelio que está em duvida se terá o seu amor ou será infeliz, espera noite e dia pelo milagre.

E quando soube que não havia obstaculo — que as rochas tinham desapparecido todas cahiu aos pés do seu senhor e disse: «Eu desgraçado e infeliz Aurelio, agradeço lhe, Senhor e á Senhora Venus, que me teem tirado dos meus cuidados,» e dirige o seu caminho para o templo, sabendo que havia de vêr ali a sua senhora. E, quando viu que a occasião era propria, foi com o coração timido e em humilde saudação dirigir-se á sua propria senhora.

«Minha soberana, disse o triste joven, a quem mais eu temo e amo como melhor posso, eu ficaria aborrecido de todos estes desgostos do mundo, se não tivesse tal amor por vós, que me parece que morro aqui a vossos pés.

Nem eu digo como esta dôr me passaria, mas certamente eu me explico ou morro e vós me mataes sem culpa da minha dôr. E, ainda que não tenhaes nenhum pesar pela minha morte, tende sentido e antes de quebrar a vossa palavra, por Deus do alto ceu, arrependei vos antes de me matar porque vos amo. Bem sabeis, senhora, o que promettestes, e eu não pretendo da minha soberana senhora senão a sua graça; sabeis muito bem o que me prometteste n'aquelle jardim e em tal logar e nas minhas mãos empenhastes a vossa palavra de me amar; Deus sabe se vós o dissestes, mal haja eu, se sou indigno d'ella. Senhora, digo o por vossa honra, mais para salvar a vida do meu coração. Eu fiz o que vos me mandastes e se quizerdes, podeis ir vêr.

Fazei como vos aprouver, não vos esqueçaes da vossa conducta, vivo ou morto encontrar-me-heis. Em vós está fazer me viver ou morrer, mas o que eu sei é que as rochas já desappareceram. Elle despediu-se e ella ficou attonita, no rosto d'ella não havia uma gota de sangue, ella não pensava ser apanhada em tal rêde. «Ah! disse ella, que isto acontecesse! Eu nunca pensei que um tal monstro ou maravilha pudesse ter logar, isto é contrario á marcha da natureza» e lá vae para casa com tristeza, com faces pallidas e triste semblante, e queixando-se como ides ouvir:

«De ti, sorte, eu me queixo, que a mim desacautelada envolveste n'esta cadeia, para sahir da qual não conheço soccorro, a não ser a propria morte ou a deshonra, e a mim pertence escolher uma d'estas duas, mas realmente, eu antes quereria perder a minha vida do que ter vergonha do meu corpo, ou conhecer-me falsa ou perder o meu nome e com a minha morte posso ficar desquitada.

(Continúa.)

Miguel José Rodrigues.

O MEZ METEOROLOGICO

Janeiro 1908

Barometro — Maxima 775mm,8 em 27.
» Minima 749mm,8 em 2.
Thermometro — Maxima 15°,9 em 14.
» Minima 4°,8 em 31.

A temperatura conservou-se sempre um pouco superior á normal durante o mez. Apenas no dia 2, a maxima foi inferior a 10° (9°,9).

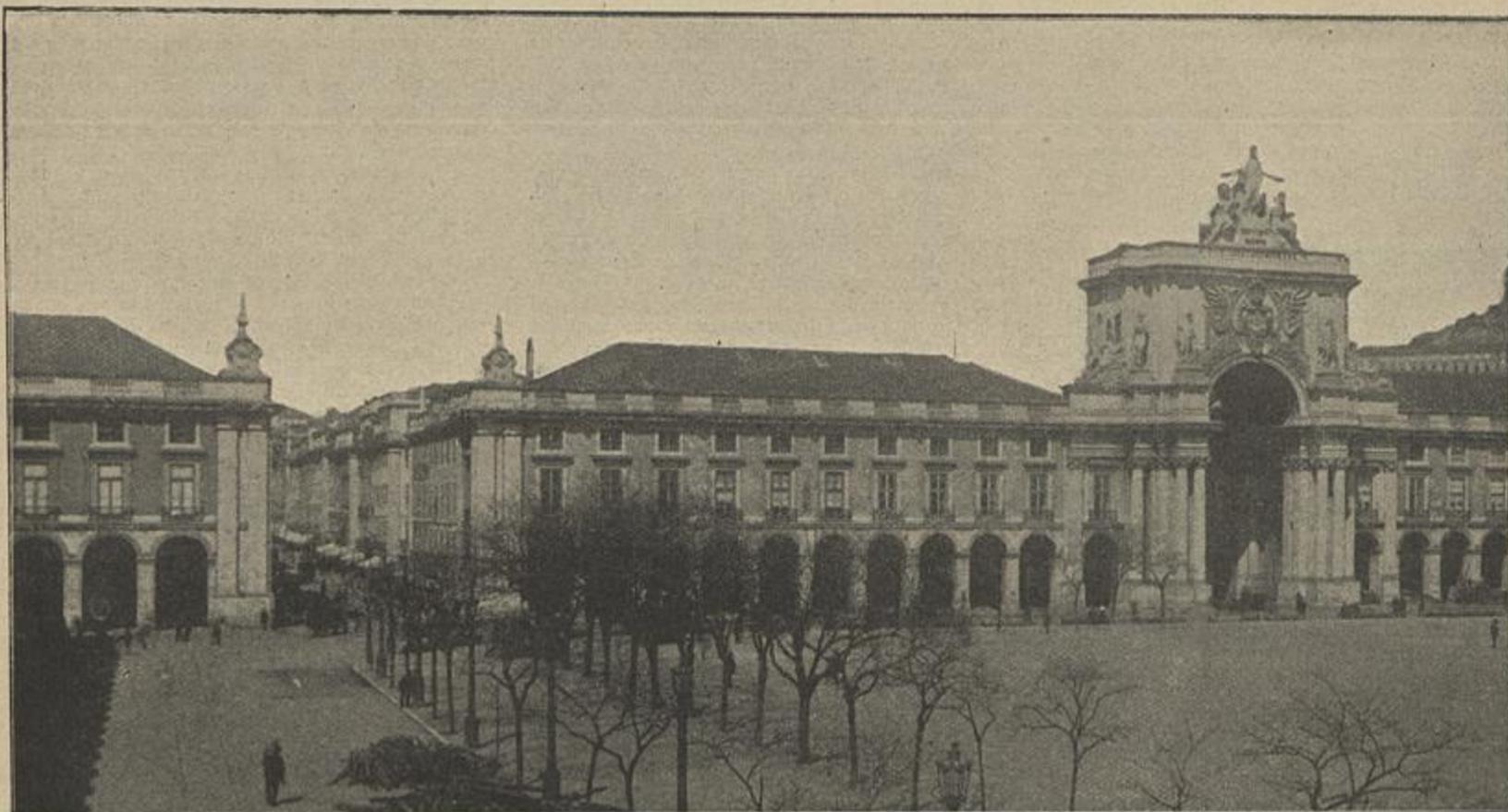
A maxima media foi de 12°,78 e a minima de 7°,95 em 31.

Nebulosidade. — Ceu limpo ou pouco nublado 10 dias.
» Nublado 14 dias
» Encoberto 7 dias.
Chuva 133mm,8 em 15 dias.
Nevoeiro — Em 1, 2, 7, 10, 25 e 28.
Trovoada — Em 12.
Vento dominante — N.

Elementos para o estudo da condição physica e intellectual da mulher — Jayme Pereira d'Almeida — Outubro — 1907 — Composto e impresso na Typ. do Porto Medico de Magalhães & Figueiredo — Porto.

E' a dissertação inaugural com que concluiu o seu curso perante a Escola Medico-Cirurjica do Porto, o academico Pereira d'Almeida.

No presente trabalho de mais de 60 pajinas, existe o testemunho de erudita mentalidade e de judiciosissima escôlha das melhores fontes.

O atentado contra a Familia Real

Angulo ocidental da praça onde se deu o atentado

A PRAÇA DO COMERCIO EM LISBOA (VULGO TERREIRO DO PAÇO)

(Cliché Rocchini)

Do epilogo transcrevemos o que segue:

«E' superfluo encarecer a importancia da cultura intellectual da mulher, pois que ella se impõe de um modo claro e evidente.

«Só após a emancipação de todos os prejuizos pedagogicos, sociaes e religiosos, a mulher poderá desempenhar conscientemente a sua nobre missão de Mãe, porque só então substituirá o seu instincto animal por uma razão esclarecida e as suas rotineiras superstições por uma sciencia illuminada e redemptora, porque só então saberá incutir aos seus os mais bellos sentimentos de dignidade civica, armando-os para a lucta leal e honrada da vida e afastando-os de todo o genero de subserviencias corruptoras».